

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

1. PREÂMBULO	7
1.1. Nota Introdutória ao Estatuto da Ordem dos Advogados	9
1.2. Breves Notas a esta 12.ª Edição	13
2. O NOVO EOA	15
2.1. Lei nº 145/2015, de 9 de Setembro	15
2.2. Estatuto da Ordem dos Advogados (texto)	19
TÍTULO I Ordem dos Advogados	19
CAPÍTULO I Disposições gerais	19
CAPÍTULO II Órgãos da Ordem dos Advogados	32
SECÇÃO I Disposições gerais	32
SECÇÃO II Congresso dos Advogados Portugueses	48
SECÇÃO III Assembleia Geral	52
SECÇÃO IV Bastonário	56
SECÇÃO v Presidente do Conselho Superior	59
SECÇÃO VI Conselho superior	60
SECÇÃO VII Conselho geral	64
SECÇÃO VIII Conselho fiscal	68
SECÇÃO IX Assembleias regionais	70
SECÇÃO X Conselhos regionais	70
SECÇÃO XI Presidentes dos conselhos regionais	74
SECÇÃO XII Conselho de deontologia	76
SECÇÃO XIII Presidentes dos conselhos de deontologia	78
SECÇÃO XIV Delegações	79
SECÇÃO XV Provedor dos clientes	84

TÍTULO II Exercício da advocacia	85
CAPÍTULO I Disposições Gerais	85
CAPÍTULO II Incompatibilidades e impedimentos	110
TÍTULO III Deontologia profissional	121
CAPÍTULO I Princípios gerais	121
CAPÍTULO II Relações com os clientes	152
CAPÍTULO III Relações com os tribunais	172
CAPÍTULO IV Relações entre advogados	177
TÍTULO IV Acção disciplinar	182
CAPÍTULO I Disposições gerais	182
CAPÍTULO II Titulares dos órgãos jurisdicionais	193
CAPÍTULO III Sanções, sua medida, graduação e execução	194
CAPÍTULO IV Processo	203
SECÇÃO I Disposições gerais	203
SECÇÃO II Processo	206
CAPÍTULO V Recursos ordinários	214
CAPÍTULO VI Recurso de revisão	216
CAPÍTULO VII Execução de sanções	220
CAPÍTULO VIII Reabilitação subsequente à expulsão ou interdição definitiva	221
CAPÍTULO IX Averiguação de inidoneidade para o exercício da profissão	221
TÍTULO V Receitas e despesas da Ordem dos Advogados	224
TÍTULO VI Advogados, advogados estagiários e sociedades de advogados	227
CAPÍTULO I Inscrição	227
CAPÍTULO II Estágio	233
CAPÍTULO III Formação contínua	244
CAPÍTULO IV Inscrição como advogado	246
CAPÍTULO V Advogados de outros Estados-Membros da União Europeia e do Espaço Económico Europeu	249
CAPÍTULO VI Sociedades de advogados	258
TÍTULO VII Disposições finais e transitórias	265
3. LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	271
3.1. Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto	273
3.2. Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho	285
CAPÍTULO I Concepção e objectivos	285
CAPÍTULO II Informação jurídica	286
CAPÍTULO III Protecção jurídica	286
SECÇÃO I Disposições gerais	286
SECÇÃO II Consulta jurídica	291
SECÇÃO III Apoio judiciário	292

SECÇÃO IV Procedimento	294
CAPÍTULO IV Disposições especiais sobre processo penal	302
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	304
3.3. Decreto-Lei n.º 71/2005, de 17 de Março	311
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	315
CAPÍTULO II Protecção jurídica	315
SECÇÃO I Acção a instaurar em Portugal	315
SECÇÃO II Acção a instaurar noutro Estado-Membro da União Europeia	316
CAPÍTULO III Procedimento	316
SECÇÃO I Transmissão e recepção do pedido	316
SECÇÃO II Apreciação do pedido	319
CAPÍTULO IV Disposição final	320
3.4. Republicação da Portaria n.º 10/2008, de 3 de Janeiro	321
CAPÍTULO I Protecção jurídica	321
SECÇÃO I Consulta jurídica	321
SECÇÃO II Apoio judiciário	322
CAPÍTULO II Participação dos profissionais forenses no sistema de acesso ao direito	326
SECÇÃO I Profissionais forenses e admissão ao sistema de acesso ao direito	326
SECÇÃO II Regras de participação no sistema de acesso ao direito	327
CAPÍTULO III Lotes de processos e escalas de prevenção	328
CAPÍTULO IV Compensação dos profissionais forenses	331
CAPÍTULO V Sistema de gestão, monitorização e informação do acesso ao direito	334
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	335
3.5. Portaria n.º 1386/2004, de 10 de Novembro	339
3.6. Decreto-Lei n.º 131/2009 de 1 de Junho – Adiamento de actos processuais em casos de maternidade, paternidade e luto	345
3.7. Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro	347
CAPÍTULO I Disposições gerais	347
CAPÍTULO II Organização interna	352
CAPÍTULO III Acesso e exercício da profissão	359
CAPÍTULO IV Livre prestação de serviços e liberdade de estabelecimento	366
CAPÍTULO V Regime laboral, financeiro e fiscal	369
CAPÍTULO VI Tutela, controlo judicial e responsabilidade	371
CAPÍTULO VII Disposições complementares, transitórias e finais	373
3.8. Lei n.º 53/2015, de 11 de junho	377
CAPÍTULO I Disposições gerais	377
CAPÍTULO II Objeto social e composição da sociedade de profissionais	380
CAPÍTULO III Regime de responsabilidade	383
CAPÍTULO IV Contrato de sociedade, constituição e inscrição	385
CAPÍTULO V Das deliberações dos sócios	388

CAPÍTULO VI Da transmissão, amortização e extinção de participações sociais de capital profissional	383
CAPÍTULO VII Da exoneração, exclusão e impossibilidade temporária de sócios profissionais	389
CAPÍTULO VIII Da fusão e cisão de sociedades de profissionais	395
SECÇÃO I Fusão de sociedades	395
SECÇÃO II Cisão de sociedades	396
SECÇÃO III Disposições comuns	397
CAPÍTULO IX Modalidades de associação societária envolvendo sociedades de profissionais	398
CAPÍTULO X Dissolução, liquidação e partilha da sociedade de profissionais	399
CAPÍTULO XI Disposições transitórias e finais	400
4. REGULAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR INTERNA DA ORDEM DOS ADVOGADOS	403
4.1. Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários	405
CAPÍTULO I Disposições comuns	405
CAPÍTULO II Inscrição de advogados e advogados estagiários portugueses	407
SECÇÃO I Advogado estagiário	407
SECÇÃO II Inscrição de advogado	409
SUBSECÇÃO I Inscrição precedida de estágio	409
SUBSECÇÃO II Inscrição com dispensa de estágio	411
CAPÍTULO III Registo e inscrição de advogados estrangeiros	413
SECÇÃO I Inscrição na Ordem dos Advogados em regime de reciprocidade	413
SUBSECÇÃO I Advogados de outros Estados	413
SUBSECÇÃO II Inscrição de advogados brasileiros	414
SECÇÃO II Inscrição de estrangeiros não abrangidos por regimes de reciprocidade	416
SECÇÃO III Registo e inscrição de advogados de outros Estados membros da União Europeia	419
SUBSECÇÃO I Prestação ocasional e estabelecimento permanente	419
SUBSECÇÃO II Inscrição de advogados da União Europeia	423
CAPÍTULO IV Da cédula profissional	425
CAPÍTULO V Obrigações decorrentes da inscrição	427
CAPÍTULO VI Alterações e averbamentos à inscrição	429
CAPÍTULO VII Das notificações e recursos	433
CAPÍTULO VIII Disposições finais	435
4.2. Regulamento de Inscrição de Juristas de Reconhecido Mérito, Mestres e Doutores em Direito, para a Prática de Actos de Consulta Jurídica	437
4.3. Regulamento de Dispensa de Segredo Profissional	443

4.4. Regulamento dos Laudos de Honorários	447
4.5. Regulamento Nacional de Estágio	457
CAPÍTULO I Princípios Gerais	457
CAPÍTULO II Estrutura orgânica do estágio	459
CAPÍTULO III Do Estágio	461
SECÇÃO I Inscrição na Ordem dos Advogados	461
SECÇÃO II Dos patronos e dos Advogados estagiários	463
SECÇÃO III Primeira Fase do Estágio	465
SECÇÃO IV Segunda Fase do Estágio	466
SECÇÃO V Acesso à prova de agregação	468
CAPÍTULO IV Prova de agregação	469
CAPÍTULO V Rede nacional e formação à distância	472
CAPÍTULO VI Tirocínio em caso de dispensa de estágio	473
CAPÍTULO VII Dos recursos	473
CAPÍTULO VIII Disposições finais e transitórias	474
4.6. Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Formadores	475
4.7. Regulamento da Comissão Nacional de Avaliação	481
4.8. Regulamento Geral das Especialidades	487
SECÇÃO I Parte geral	488
SECÇÃO II Da atribuição do título	489
SECÇÃO III Recursos	491
SECÇÃO IV Perda do título de especialidade	491
SECÇÃO V Disposições finais	492
4.9. Regulamento de Organização e Funcionamento do Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais na Ordem dos Advogados	495
CAPÍTULO I Âmbito de aplicação	495
CAPÍTULO II Participação	496
CAPÍTULO III Regras de participação	498
CAPÍTULO IV Deveres dos Advogados e Advogados Estagiários Participantes no sistema de acesso ao direito e aos tribunais	501
CAPÍTULO V Honorários e pagamentos	503
CAPÍTULO VI Dos Recursos	504
CAPÍTULO VII Disposições finais	505
4.10. Regulamento Disciplinar	507
4.11. Regulamento Eleitoral	513
4.12. Regulamento da Comissão dos Direitos Humanos, Questões Sociais e do Ambiente da Ordem dos Advogados	523
4.13. Regulamento da Comissão Nacional de Defesa dos Actos Próprios dos Advogados e Solicitadores	527
4.14. Regulamento do Trajo e Insígnia Profissional	531

5. REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAL	535
5.1. Código Deontológico dos Advogados Europeus (C.D.A.E.)	537
5.2. Princípios Básicos das Nações Unidas Relativos à Função dos Advogados	549
Índice temático ordenado	559
Índice sistemático	565